



## TERMO DE REFERÊNCIA

### UASG 927276 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SERGIPE

Processo Administrativo SICCAU n.º 957844 /2019

Processo Administrativo SICCAU n.º 957847 /2019

**Cotação Eletrônica 002/2019**

**Período de Encerramento da Cotação Eletrônica**

**Data Inicial 16/09/2019 8h**

**Data Final 18/09/2019 17h59**

#### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo, tipo Menor Preço Global, tem por objeto à aquisição de impressora e tablets, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	<p>Impressora Multifuncional; Voltagem: 110v; Funções / Multitarefa suportada Imprimir, copiar, digitalizar, fax; Velocidade de impressão A4: Até 21 ppm / Carta: Até 22 ppm Preto / Até 22 ppm Cor6;- Velocidade de impressão da primeira página: Em até 10,6 segundos Preto; Em até 12,3 segundos Cor; Resolução de impressão Preto (Melhor): Até 600 x 600 dpi; Cor (Melhor): Até 600 x 600 dpi; Tecnologia de impressão: Laser; Número dos cartuchos de impressão: 4 (1 de cada, preto, ciano, magenta, amarelo); Tipos de Suportes de Impressão comportados: Papel (comum, folheto, colorido, brilhante, pesado, timbrado, leve, fotográfico, liso, préimpresso, pré-perfurado, reciclado, resistente), transparências, etiquetas, envelopes, cartão;</p> <p>Mídia</p> <p>Tamanhos de mídia suportados,- Carta (216 x 280)- Ofício (216 x 356)- Executivo (184 x 267)- Ofício 8,5 x 13 (216 x 330), 4 x 6 (102 x152), 5 x 8 (127 x 203)- A4(210 x 299)- A5(148 x 210)- A6(105x148)- B5(JIS) (182 x 257)- B6(JIS) (128 x 182)- 10 x 15 cm (100 x 150)- Ofício 216 x 340mm (216 x 340)- 16K 195x270mm (195x270)- 16K 184x260mm(184x260)- 16K 197x273mm(197x273)- Cartão postal (JIS)(100 x 147)- Cartão postal (JIS)- Duplo (147 x 200)- Envelope 10 (105 x 241)- Envelope Monarch (98 x 191)- Envelope B5(176 x 250)- Envelope C5(162 x 229)- Envelope DL(110 x 220)- A5-R(210 x 148)</p> <p>Funcionalidades de Software Inteligente de Impressora</p> <p>Impressão automática frente e verso;- Conexão de rede Ethernet;- Impressão sem fio direta;- Bandeja de entrada para 250 folhas;- Bandeja prioritária para 1 folha;- Escaninho de saída para 100 folhas;- Opções de frente e verso: Automática (standard);- Capacidade do alimentador automático de documentos: Padrão, 50 folhas;- Bandejas para Papel Standard: 2;- Capacidades de entrada: Uma folha na bandeja 1;- Até 250 folhas (altura da pilha de 25 mm) na bandeja 2 Padrão;- Até 5 envelopes (recomendado apenas 5 envelopes ou menos de cada vez);- Capacidades de saída: Até 100 folhas (altura da pilha de 10 mm) Padrão;- Altura da pilha 10 mm;- Altura da pilha 10 mm Transparências;- USB de host frontal</p> <p>Digitalização</p> <p>Tipo de digitalização / Tecnologia: Base plana, alimentador automático de documentos / Sensor de imagem por contato (contact image sensors - CIS);- Resolução da digitalização: Hardware: até 300 x 300 dpi (ADF colorido e</p>	U N D	1	R\$ 2.254,66 (Dois mil duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)	R\$ 2.254,66 (Dois mil duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)



	<p>monocromático); até 1200 x 1200 dpi (de mesa); Ótica: Até 300 dpi (ADF colorido e monocromático); até 1200 dpi (de mesa);- Formatos dos arquivos digitalizados: JPG, RAW (BMP), PNG, TIFF, PDF;- Modos de Entrada para Digitalização: Botões de digitalização, cópia, e-mail, fax ou de arquivos no painel frontal; e aplicativo de usuário via TWAIN ou WIA;- Tamanho da digitalização: Alimentador automático de documentos: 215.9 x 355.6 mm; 8.5 x 14 pol. máximo; 102 x 152 mm, 4 x 6 in Mínimos; Base plana: 215.9 x 297 mm; 8.5 x 11.7 pol.;- Velocidade de Digitalização: Até 26 ppm;- Formato de arquivo de digitalização nativo: PDF, JPG;- Formato de arquivo de digitalização de software: JPG, RAW (BMP), PNG, TIFF, PDF;</p> <p>Cópia</p> <p>Velocidade de cópia: Preto (A4): Até 21 ppm; Cor (A4): Até 21 ppm;- Resolução de cópia: Preto (textos e gráficos): Até 600 x 600 dpi; Até 600 x 600 dpi; Cor (texto e gráficos): 600 x 600 dpi;- Número Máximo de Cópias: Até 99 cópias;- Dimensionamento da Copiadora: 25 até 400%;- Definições de copiadora: Número de cópias; Reduzir/ampliar; Clarear/Esclarecer; Otimizar; Papel; Cópia de várias páginas; Intercalação; Modo de rascunho; Ajuste da imagem; Definir como novos padrões; Restaurar padrões</p> <p>Rede</p> <p>Pronto para trabalhar em rede Wi-fi padrão Ethernet 802.11 b/g/n opera como PA (com Wi-Fi Direct) e STA;- Wireless;- Capacidade sem fios 802.11 b/g/n integrado;- Autenticação via WEP, WPA/WPA2 ou 802.11x;- Criptografia via AES ou TKIP;- WPS;- Wi-Fi Direct;</p> <p>Capacidades de Rede</p> <p>Via Ethernet 10/100/1000 Base-TX incorporada;- Ethernet com autocrossover;- Autenticação via 802.11x</p> <p>Referência: Multifuncional Hp Laserjet Pro Color M281FDW; Multifuncional laser color Xpress SL-C480FW Samsung</p>				
2	<p>Tablet com as seguintes configurações: Cor cinza espacial ou prateado; Tela Retina de 9,7 pol., ou superior, Multi-Touch retroiluminada por LED, com tecnologia IPS, Resolução de 2048 x 1536 pixels, 264 ppp; Touch ID; Chip A10 Fusion de quarta geração com arquitetura de 64 bits, Coprocessador M10 integrado; Wi-Fi (802.11a/b/g/n/ac); 2,4 GHz e 5 GHz; velocidade de até 866 Mbps, Bluetooth 4.2; 32 GB; Câmera Fotos de 8 MP , Abertura f/2.4, Lente de cinco elementos, Filtro IV híbrido, Foco automático, Toque para ajustar o foco, Controle de exposição, HDR para fotos, Panorama (até 43 MP), Modo contínuo, Timer e Fotos com localização geográfica; Gravação de vídeo HD de 1080p, Vídeo em câmera lenta de 720p a 240 qps, Vídeo em time-lapse com estabilização, Estabilização de vídeo, Toque para ajustar o foco enquanto grava; Áudio com Dois alto-falantes; Autenticação segura com Sensor de impressão digital de segunda geração integrado ao botão de Início Sistema Operacional iOS 11; Garantia de 12 meses, ou superior.</p> <p>Referência: Ipad 6ª Geração</p>	U N D	3	R\$ 2.069,10 (Dois mil e sessenta e nove reais e dez centavos)	R\$ 6.207,30 (Seis mil duzentos e sete reais e trinta centavos)

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados da finalização da cotação prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

### (ITEM 01)

2.1. A aquisição dos produtos relacionados se faz jus tendo em vista a necessidade de equipar e renovar o parque informático deste Conselho. Equipamentos estes essenciais ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela administração pública, impactando



positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe.

- 2.2. Assim como a maior parte das tecnologias, computadores e equipamentos de interconexão passam por um ciclo de depreciação natural diretamente ligada a modernização e a evolução tecnológica, cabendo aos gestores as disposições necessárias a fim de garantir a continuidade das informações de forma proficiente.
- 2.3. Nas especificações deste Termo de Referência foram adotadas características que seguem as principais diretrizes de sustentabilidade para aquisição de bens pela Administração, como uso de materiais menos agressivos ao meio ambiente e economia e uso eficiente de energia.
- 2.4. Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como: especificações técnicas, alinhamento estratégico com o planejamento dos órgãos e condições jurídicas para a contratação;
- 2.5. Redução de custos de manutenção e melhor eficiência pelo uso racional dos recursos, uma vez que estes foram definidos de forma a atender precisamente as necessidades do usuário;

## (ITEM 02)

- 2.6. Premiar as três melhores monografias de estudantes de Arquitetura e Urbanismo selecionadas dentre os trabalhos inscritos pelos egressos das Instituições de Ensino Superior (IES) de Sergipe, através do Prêmio de Monografia;
- 2.7. Estimular o interesse dos estudantes de nível superior pelo estudo, pesquisa e estimular o interesse pela investigação científica;
- 2.8. Valorizar os melhores trabalhos produzidos;
- 2.9. Dar visibilidade e reconhecimento não só ao estudante como também ao professor(a) orientador(a) e às IES.

## 3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da nota fiscal, em remessa *única*, no seguinte endereço: **Rua Dr. José Calumby n.º 155, Galeria Fernanda Machado, Salas 1 e 2, Bairro Suissa, Aracaju-SE, CEP 49050-020.**
- 3.2. O fabricante do produto deve dispor assistência técnica autorizada em Sergipe

## 4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. São obrigações da Contratante:
  - 4.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 4.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 4.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 4.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

5.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

5.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

## 7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em



corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura e produto, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal e recebimento do produto, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.3. multa moratória de 05% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
- 12.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



*Município de Aracaju, 12 de setembro de 2019.*

**COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÃO**